

ENTRE PESQUISA E EXTENSÃO: A COMPREENSÃO DA GEOGRAFIA HISTÓRICA NO DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIBEIRA PARANAENSE

BETWEEN RESEARCH AND OUTREACH: UNDERSTANDING HISTORICAL GEOGRAPHY IN THE DEVELOPMENT OF THE RIBEIRA VALLEY IN PARANÁ

Submissão:
19/06/2025
Aceite:
04/12/2025

Andriéli Gmach ¹  <https://orcid.org/0009-0004-0743-9961>
Marcio Jose Ornat ²  <https://orcid.org/0000-0002-8835-5871>

Resumo

Analizamos, neste texto, a complexidade das relações dialéticas entre o espaço natural, a sociedade e as decisões políticas constituintes do Vale do Ribeira Paranaense, a partir da análise da geografia histórica dos municípios de Cerro Azul e Doutor Ulysses. Esses são remanescentes do que foi a ex-colônia Assunguy, uma das mais antigas do estado do Paraná e que atualmente apresentam, respectivamente, os menores Índices de Desenvolvimento Humano do estado. Esta pesquisa foi realizada por meio da execução do Projeto de Prestação de Serviço Extensionista intitulado “Assessoria na construção de projetos de desenvolvimento urbano e regional dos municípios com IDH médio e baixo no Estado do Paraná, por meio da elaboração/revisão de seus Planos Diretores Participativos”. Com essa prática de pesquisa-extensão, identificamos que estes municípios são o resultado das variáveis multiescalares de decisões políticas e econômicas que foram tomadas ao longo do tempo e que, atualmente, são dependentes de sua trajetória.

Palavras-chave: Cerro Azul; Doutor Ulysses; Vale do Ribeira Paranaense; Colônia Assunguy; Desenvolvimento Regional.

¹ Doutoranda pelo PPG em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PPGEO-UEPG) andrielegmach@gmail.com

² Pós-Doutor em Geografia - Universitat Autònoma de Barcelona marciornat@uepg.br

Abstract

This text analyzes the complexity of the dialectical relationships between the natural environment, society, and political decisions that constitute the Ribeira Valley in the state of Paraná, through an analysis of the historical geography of the municipalities of Cerro Azul and Doutor Ulysses. These are remnants of what was once the Assunguy colony, one of the oldest in the state of Paraná, currently presenting the lowest Human Development Indexes in the state. The study was carried out through the implementation of the University Outreach Service Project entitled “Advisory services in the construction of urban and regional development projects for municipalities with medium and low HDI in the state of Paraná, through the preparation/revision of their Participatory Master Plans.” This research-outreach practice enabled the identification of these municipalities as the result of multiscale variables of political and economic decisions that were made over time and are currently dependent on their trajectory.

Keywords: Cerro Azul; Doutor Ulysses; Ribeira Valley in Paraná; Assunguy Colony; Regional Development.

Introdução

O desenvolvimento desta pesquisa foi efetivado por meio da execução do projeto de prestação de serviço extensionista intitulado “Assessoria na construção de projetos de desenvolvimento urbano e regional dos municípios com IDH médio e baixo no Estado do Paraná, por meio da elaboração/revisão de seus Planos Diretores Participativos”¹.

Iniciado no ano de 2021 e atualmente em sua 4^a. edição, o projeto tem por objetivos específicos: compartilhar o conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa desenvolvidos na Universidade Estadual de Ponta Grossa; participar no processo de desenvolvimento urbano e regional dos municípios do Paraná com IDH baixo, através da busca de caminhos alternativos que atendam aos interesses e necessidades das comunidades; realimentar a relação entre ensino e pesquisa na área da prática profissional do Bacharelado em Geografia, contribuindo para a reflexão crítica de concepções e práticas do Planejamento Urbano e Regional, e dinamizar o futuro exercício profissional de geógrafas e geógrafos, em função das exigências da realidade, através da revisão do Plano Diretor de municípios com IDH Baixo no Estado do Paraná.

A escolha dos municípios de Cerro Azul – PR (16.134 habitantes) e Doutor Ulysses -PR (5.697 habitantes) se justifica, inicialmente, em função de ocuparem, respectivamente, no ranking de IDH dos municípios paranaenses, as posições 398^o e 399^o, segundo dados sistematizados pelo IPARDES (2010). A segunda motivação se deve ao fato de que os dois municípios possuíam, no momento da elaboração da proposta, seus Planos Diretores desatualizados, demandando revisão.

¹ Processo 146, PROEX – UEPG, 21/04/2025.

Além da vinculação ao projeto de prestação de serviço extensionista, a execução desta pesquisa de extensão foi realizada dentro dos Termos do Convênio de Cooperação Técnica e Científica assinado entre a Universidade Estadual de Ponta Grossa e os municípios de Cerro Azul – PR (Resolução CA nº 2021.150 e Resolução CA nº 2022.279) (UEPG, 2021, 2022) e Doutor Ulysses – PR (Resolução CA nº 2021.150 e Resolução CA nº 2025.90 (UEPG, 2021, 2025).

Além de possuírem baixo Índice de Desenvolvimento Econômico e Planos Diretores desatualizados, esses municípios também apresentam características que justificam a ação extensionista, como baixa vantagem locacional, sendo pouco atrativos para a implantação de atividades econômicas geradoras de emprego e renda, segundo Análise Temática Integrada do município de 2010 (UEPG, 2024). Trata-se de uma condição que resulta em baixa complexidade econômica e culmina em pequena capacidade de investimento do poder público municipal.

Portanto, a revisão de seus Planos Diretores é um elemento de grande valor para que, a partir do cruzamento entre leituras territoriais (das quais esta pesquisa faz parte) e leituras comunitárias, sejam estabelecidas diretrizes para uma gestão municipal que trabalhe para a transformação de tal realidade.

A metodologia que tem sido utilizada para o desenvolvimento das atividades foi adaptada do “Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores” (Instituto Pólis, 2019) e do “Termo de Referência”, elaborado pelo Paranaidade (abril 2021). Essa metodologia de ação foi aprovada na 1ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor do município de Cerro Azul – PR, em 18 de dezembro de 2021, e no município de Doutor Ulysses – PR, em 11 de dezembro de 2023. Com relação às etapas de execução da revisão dos Planos Diretores Participativos, a pesquisa está organizada nos seguintes momentos: 1ª Fase – Mobilização Cronograma Físico; 2ª Fase – Análise Temática Integrada (Leitura Cartográfica; Definição das Unidades Espaciais de Gestão (UEG); 3ª Fase – Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável (Consolidação das Propostas – Estratégias, Instrumentos e Ferramentas Complementares); 4ª Fase – Plano de Ação e Investimentos (PAI) e Institucionalização do Plano Diretor Participativo.

A construção dos espaços sociais é uma relação dialética entre os seres humanos, a cultura e a natureza, os quais vão se relacionando e promovendo realidades de acordo com suas possibilidades e experiências (Lefebvre, 2000). Desse modo, a atual condição dos diferentes grupos sociais, comunidades ou cidades depende do processo histórico, geográfico e político que se instaura ao longo do tempo. Isso ocorre porque os acontecimentos delimitam as configurações espaciais a partir da tomada de decisão de uma ou mais pessoas, de modo que, muitas vezes, essas realidades são dependentes de suas trajetórias, do processo histórico e geográfico, que é o compositor dessa realidade.

Diante disso, o objetivo geral deste trabalho é compreender como a complexidade das relações dialéticas entre a natureza, a sociedade e o poder público no Vale do Ribeira Paranaense constituem a condição atual dos municípios de Cerro Azul e Doutor Ulysses, no estado do Paraná. Para dar conta dessa proposta, é necessário compreender as características do espaço e entender as nuances do processo histórico e geográfico local. Nesse sentido, para a realização das análises, foram utilizados os Relatórios de Presidente de Província (RPP-PR) e Relatórios de Presidente de Estado (RPE-PR) do estado do Paraná e da sua articulação com as discussões teóricas presentes².

O recorte espacial desta pesquisa é delimitado pela área da Ex-Colônia Assunguy, no estado do Paraná (Figuras 2 e 3), que, atualmente, constitui a área dos municípios de Cerro Azul e Doutor

² Utilizamos mapas históricos para identificar a região ocupada pela província. Respeitando o Código Penal e demais legislações referentes aos documentos históricos, não realizamos qualquer tipo de alteração em suas imagens.

Ulysses, localizados na porção nor-nordeste do estado, Região Metropolitana de Curitiba³, e Regiões Imediata e Intermediária do IBGE (IBGE, 2017). Trata-se dos dois municípios com os piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDHM) do estado do Paraná (IBGE, 2010), conforme indicado no Mapa representado pela Figura 1.

O período de análise consiste no recorte temporal da instalação da Colônia em 1860 e as duas primeiras décadas do século XXI. A metodologia utilizada foi a organização, leitura e sistematização dos dados encontrados referentes à instalação, ao funcionamento e à descrição dos acontecimentos da Colônia Assunguy, Vila e Freguesia de Serro Azul e o Município de Cerro Azul e, mais tarde, Doutor Ulysses, por meio dos *softwares Excel e Word*, em linha cronológica e com destaque dos fatos ocorridos.

Os materiais sistematizados e analisados foram os Relatórios dos Presidentes de Província e Relatórios de Presidentes/Governador de Estado, jornais locais (históricos e mais recentes), álbuns históricos e relatos individuais, acessados no *site* da Hemeroteca Digital (Biblioteca Nacional, 2021), do Arquivo Público do Paraná (Paraná, 2021), Casa da Cultura do Município de Cerro Azul-PR e acervo de um pesquisador local.

Como o objetivo geral deste trabalho é compreender como a complexidade das relações dialéticas entre a natureza, a sociedade e o poder público no Vale do Ribeira Paranaense constituem a condição atual dos municípios de Cerro Azul e Doutor Ulysses, foi necessário acessar todas as fontes, organizá-las de maneira prévia em formato cronológico, interpretá-las em seu tempo e em seu contexto histórico, político e econômico e, por fim, distribuí-las na ordem dos acontecimentos, relacionando-as à discussão teórica de espaço, da região e das condições de desenvolvimento. Esta pesquisa acaba se distanciando, de certa forma, do modelo tradicional de análise, visto que seus dados são descritivos e não quantitativos.

A análise deriva de parte da discussão de uma dissertação de mestrado que trata do desenvolvimento dessa região, tendo como objetivo compreender o papel dos Sistemas de Engenharia (Santos, 2001) como componente do desenvolvimento regional. Portanto, a análise histórico geográfica proposta compreende o processo de implantação e desenvolvimento da Colônia Assunguy até os dias atuais, enquanto espaço determinado a partir de decisões políticas. São consideradas as mútuas relações entre os colonos, o ambiente em que buscavam desenvolver a sua colônia e as decisões que os representantes da Província do Paraná tomaram em relação a essa sociedade, levando-se em consideração múltiplos fatores que, em conjunto, podem responder às condições da sociedade local.

Para que isso seja possível, é importante refletir sobre a geografia histórica e como o espaço e o tempo, juntos, proporcionam um novo olhar sobre a realidade estudada. As entrelinhas da construção desse núcleo apontam para uma dependência de trajetória e a dificuldade de se desligar de suas raízes. Além de observar o decorrer dos fatos, identifica-se a necessidade da participação popular e democrática na elaboração de projetos, planejamentos ou tomadas de decisões.

³ Criada pela Lei Complementar Federal n.º 14/1973, tendo passo por atualizações de sua composição mediante a publicação de cinco Leis Estaduais (Lei Estadual n.º 11.027/1994, Lei Estadual n.º 11.096/1995, Lei Estadual n.º 12.125/98, Lei Estadual n.º 13.512/2002 e Lei Estadual n.º 139/2011).

A geografia histórica do desenvolvimento do Vale do Ribeira

Segundo Abreu (2000), a História e a Geografia caminham lado a lado e, embora tenham sido separadas, o tempo tem uma ação sobre o espaço, e o espaço influencia nos comportamentos humanos, ao longo do tempo. A utilização da História na Geografia se faz necessária para que seja possível compreender os meios atuais, pois o presente precisa ser contextualizado (Abreu, 2000). Nesse sentido, Abreu (2000) argumenta que:

O que precisamos hoje é de uma geografia que se liberte das amarras temporais que enquadraram no passado o que ela deveria estudar. A questão é novamente uma questão ontológica. A geografia não pode se definir como o estudo da duração do presente, ainda que seja este o palco preferencial de atuação do geógrafo. Sendo ela uma forma de abordagem do real, o que a distingue das outras ciências sociais são exatamente as questões que coloca para o entendimento desse real, da sociedade. E essas questões não podem ser apenas as do presente. (Abreu, 2000, p. 15)

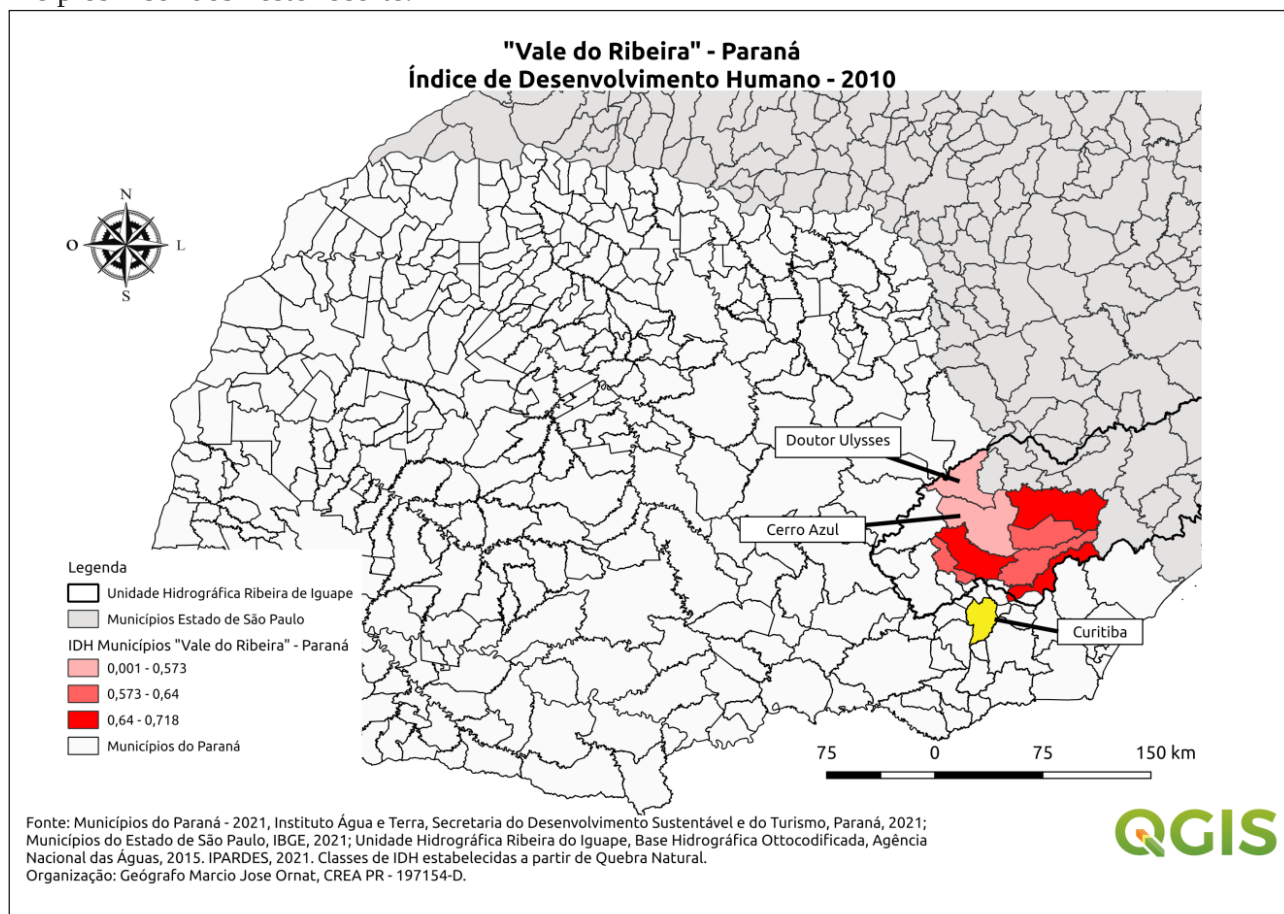
Ainda que o objeto de estudo de pesquisadores da área da Geografia esteja no presente, as dinâmicas sociais são construídas ao longo do tempo, e a Geografia ocupa-se em estudar os fragmentos que o passado deixou, a realidade, ou seja, conforme Abreu (2000), não deve estudar apenas o presente. Segundo Nogueira (2019), essa relação entre tempo e espaço tem sido cada vez mais utilizada como ferramenta de reconstrução explicativa da realidade, uma vez que, conforme trata Santos (1977, p.81), “[...] a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social.”

Milton Santos argumentava que as técnicas que eram cristalizadas no espaço geográfico poderiam ser chamadas de rugosidades (Santos, 1996). De fato, tanto do ponto de vista da História quanto da Geografia, os fixos instalados no espaço alteram a dinâmica das relações sociais. Por sua vez, a condição natural do espaço também influencia nas ações humanas. No caso do Vale do Ribeira Paranaense, mapear as materializações dos fixos que compõem a dinâmica do transporte reflete em compreender como as rugosidades deixadas no espaço são componentes de um desenvolvimento regional.

Além disso, é relevante entender o que se compreende como desenvolvimento nesse momento, mesmo que esse também não seja o palco principal desta discussão. As alterações que foram sendo fixadas no espaço e que, de algum modo, alteraram a vida e a dinâmica da sociedade local indicam uma nova realidade. Diante disso, a conceituação de desenvolvimento utilizada é a de movimento, de Cheptulin (1982). Essa condição é considerada porque identifica saltos de desenvolvimento, saindo condições e configurações mais simples para outras mais complexas.

Consoante, considera-se que cada um dos fixos implantados no espaço modificaram a complexidade daquele espaço, alterando as relações que acontecem com ele e por influência dele. Além disso, é necessário salientar que esse desenvolvimento está sendo considerado em escala local. Vejamos a Figura 1, a seguir:

Figura 1. Mapa da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira do Iguape e expressão do IDH dos municípios inseridos neste recorte.



Fonte: Organizado por Ornat (2024)

O espaço analisado é o Vale do Ribeira Paranaense, que, como o próprio nome sugere, possui no seu talvegue o Rio Ribeira do Iguape, de acordo com a Agência Nacional de Águas (ANA, 2021). Nesse sentido, trata-se de um território montanhoso, com características que Ab'Saber (2003) chamou de Domínio Morfoclimático de Mares de Morros. Segundo a Análise Temática Integrada do Plano Diretor Participativo de Cerro Azul, o clima da região é quente e úmido, com solos ricos em minerais e com predominância de áreas cársticas (Cerro Azul, 2024).

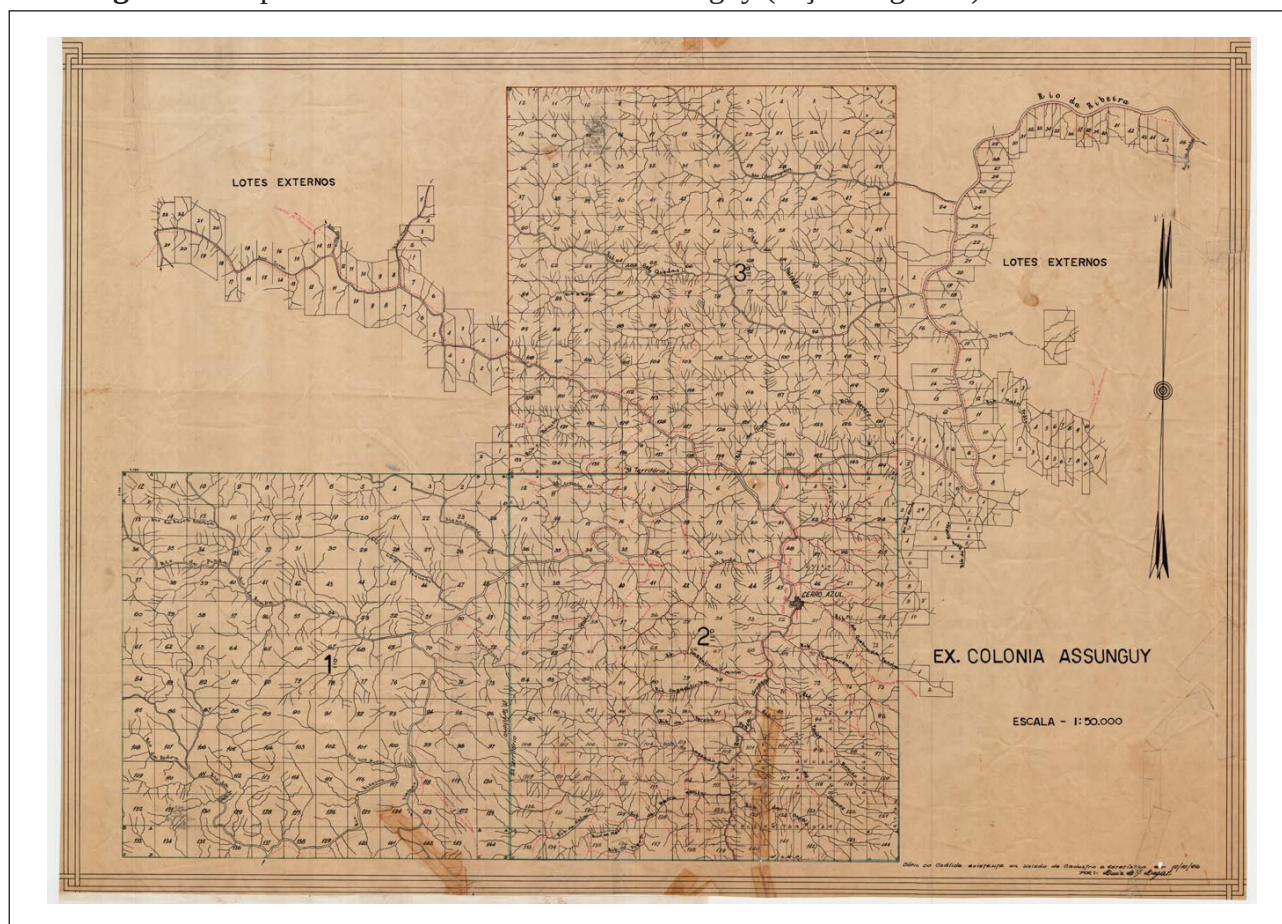
Diante dessas considerações básicas, é possível afirmar que as condições naturais predeterminam algumas das possibilidades produtivas e conectivas da região, seja em decorrência do clima, do relevo ou das condições do solo, além do conjunto de fatores que caracterizam essa região.

A província do Paraná se emancipou da província de São Paulo em 1853 (Nishikawa, 2007) e, sete anos depois, em 1860, foi assinado o decreto da criação da Colônia Assunguy. Essa colônia fazia parte de um projeto do Império de povoar as áreas desocupadas do país. A província do Paraná iniciou as expedições de mapeamento e medições da região logo nos primeiros anos de emancipação, encontrando um terreno descrito com abundância hídrica e solos férteis, sendo intitulada como o futuro berço da produção agrícola para a capital (Gmach, 2025). As Figuras 2 e 3 abaixo apresentam a localização da colônia na Província do Paraná e a sua organização em lotes de terra para a ocupação por parte dos imigrantes:

Figura 2. Mapa Topográfico da Província do Paraná – destaque para o espaço de instalação da Colônia Assunguy (1881).



Fonte: Instituto Água e Terra - IAT (Paraná, 2024)

Figura 3. Mapa da divisão da Ex-Colônia Assunguy (seções e glebas).

Fonte: Instituto Água e Terra - IAT (Paraná, 2024)

A proposta era de que o povoamento da Colônia fosse realizado com imigrantes europeus, vislumbrando profícuas produções e rendimentos. Na propaganda realizada no exterior, oferecia-se ajuda para a instalação no local, a venda de lotes de terra a baixo custo, o subsídio para os grãos e produção, além da garantia de emprego e de que o clima e as condições do terreno eram parecidos aos da Europa (Gillies, 2010).

Alguns relatos de imigrantes e o relatório de um cônsul inglês que visitou a colônia apontam para as falsas promessas, o encontro com a mata virgem e, em consequência, a dificuldade de chegar ao lugar e de manipular a terra, afirmando que as conexões eram feitas por carreiros a pé ou a cavalo, em um relevo íngreme, além da perda de vidas durante as travessias dos rios (DeNipoti, 1998).

Desde os primeiros anos da colônia, a principal queixa dos colonos era a falta de conexões entre o núcleo e a capital, a falta de estrutura para locomoção, além do não cumprimento das promessas realizadas antes da imigração. Os RPP-PR apresentam, ao longo dos anos 1854-1930, um conjunto de relatos sobre a necessidade de uma boa conexão, formas de escoamento da produção agrícola do “celeiro da província” e melhoria na condição da estrada. Ao longo do tempo, algumas obras de infraestrutura foram realizadas e melhoraram a condição de vida dos moradores locais. Contudo, tais alterações não foram planejadas vislumbrando uma solução para os problemas de deslocamento, mas funcionavam como um “apagar-fogo” e resolviam a situação apenas temporariamente.

Os RPP-PR apresentam várias colocações a respeito da conscientização do poder público sobre a importância dos meios de locomoção, tanto para o comércio quanto para a conexão da região com

outros espaços, mas poucas delas foram feitas ou, então, ocorreram para resolver o problema provisoriamente, pelo menos por cerca de 145 anos⁴. Os investimentos da Província foram destinados a outros espaços, como aqueles mais inseridos nos ciclos econômicos (Fajardo, 2006) ou que pudessem apresentar um retorno mais rápido.

É importante pensar que os interesses políticos sempre estiveram presentes no decorrer do tempo, no espaço e na definição do que seria a Colônia Assunguy. Quando o governo imperial decidiu ocupar os “espaços vazios” com imigrantes, desconsiderando a presença dos povos originários (Parellada, 2005), revela-se uma atitude de poder tanto relacionada ao embranquecimento da população quanto ao controle do território. Além disso, a Colônia Assunguy foi fixada em um espaço limítrofe à antiga província São Paulo.

Sandra Lencioni (1999), em sua discussão sobre o conceito de região, fala da utilização do espaço enquanto manobras de conservação de posse do território. Essa é uma região homogênea e muito complexa, construída a partir de várias características (Gmach, 2025), e que pode ter sido utilizada como instrumento de manipulação política, ocupando-a para que não fosse (re)tomada.

Consoante, um possível trajeto a partir da capital, passando pela Colônia Assunguy e depois Jaguariaíva, foi pensado (RPP-PR, 1854) como rota estratégica tanto como saída para o atual Norte Pioneiro do Paraná quanto para o estado de São Paulo, mas essa rota nunca foi implementada. O governo provincial afirmava que o berço agrícola do estado precisava de meios de escoar a sua produção e, no mesmo ano de instalação da Colônia (1860), foi autorizada a abertura de duas estradas, uma ligando a capital e outra para Antonina, como ponto de exportação.

Alguns anos depois, houve especulações a respeito da abertura de uma estrada que passasse pela Colônia Assunguy com destino a Cananéia (litoral sul da província de São Paulo), o que também nunca se efetivou.

Durante os três primeiros anos de colônia instalada, os moradores locais estavam à mercê das promessas do governo provincial. Gillies (2010) reflete sobre a vinda de imigrantes com costumes mais urbanos, muito pelo que estava ocorrendo no continente europeu nesse momento e, portanto, tendo dificuldades em construir uma vida no espaço rural. Essa condição, inclusive, permitiu a venda de lotes de terras a nacionais, que vieram das regiões mais ao sul do Império (Gillies, 2010) e contribuíram com o manejo da terra, dos animais e com as técnicas a serem utilizadas naquele momento.

Análise de dados e discussão

Os RPP-PR descrevem a autorização para a abertura de picadas e estradas que conduzia a diversos lugares ao longo do tempo, a fim de ampliar as possibilidades de conexões que se faziam necessárias. Em 1869, por exemplo, foi explorada a abertura da estrada para Castro, nos Campos Gerais. Ao longo dos dez primeiros anos da Colônia Assunguy, não houve o retorno esperado pelo poder público, surgindo críticas a respeito da falta de administração da colônia, o que serviu de justificativa para o insucesso.

O que se percebe é que não foi realizado o investimento suficiente, naquela época, que proporcionasse uma mudança de cenário na colônia, o que soa mais como uma obrigação pela assinatura da criação da colônia do que necessariamente uma ação visando o seu desenvolvimento. Além disso, os próprios RPP-PR afirmam que alguns trabalhos eram pagos a uma pessoa responsável, que não realizava o trabalho nem redistribuía o pagamento devido.

⁴ Quando ocorreu a pavimentação da PR-092, que liga Curitiba, capital do Paraná, até Cerro Azul.

Em 1874, foi construída uma balsa sobre o rio Ribeira, que, dentro do contexto local, alterou a dinâmica dos deslocamentos, da vida e do bem-estar da população. Nesse mesmo ano, foram construídos os primeiros 20 quilômetros de conexão entre Antonina e a Colônia Assunguy, partindo do litoral. Porém, o ano de 1875 foi de mudanças, segundo Gesser (2013):

O novo sistema colonizatório pautou-se então em fundar núcleos coloniais no rocio da capital, e todas as colônias implantadas a partir de 1875 faziam parte de um projeto de estabelecimento de um cinturão verde em torno de Curitiba, uma vez que se dá em um contexto onde a baixa produção de gêneros alimentícios e a sua carestia são provocados tanto pela ausência de técnicas que permitissem elevar a produtividade como pela ausência de rede viária, que dificultava o acesso ao mercado consumidor, a capital (Gesser, 2013, p. 46).

À medida que esse projeto foi sendo implantado, a produção de alimentos para a capital se daria em seu entorno, facilitando a dinâmica de deslocamento e reduzindo custos com a infraestrutura viária, tanto em relação à distância quanto às condições específicas do relevo e do solo. Nesse sentido, distanciou-se cada vez mais a Colônia Assunguy dos olhos do poder público e das redes de comércio do Paraná e, com isso, alterando a valorização do espaço. Segundo Moraes (2014, p.29):

Do mesmo modo que os demais processos sociais, a valorização do espaço também se modifica historicamente, variando de características em sua universalidade (abstrata). Suas manifestações concretas, como já mencionado, ocorrem guiadas pelas determinações gerais do período histórico em que estão contidas.

Nesse aspecto, a partir do momento em que a Colônia Assunguy deixou de ser a única opção, ou, pelo menos, a opção mais viável de produção de alimentos perto da capital, ela deixou ainda mais de ser vista ou valorizada. Prova disso é que, a partir desse momento, aumentou a recorrência dos desejos de emancipar a colônia⁵. Moraes (2014) afirma que a valorização do espaço está diretamente relacionada à valorização do trabalho, considerando esse um fator importante, tendo em vista a baixa produção agrícola da colônia – que não era conforme o esperado pelas autoridades –, muito em função das decisões provinciais.

Diante desse contexto, as reclamações por parte dos colonos continuavam, e a compreensão por parte do governo em relação à importância de uma estrada para conexão era observada, mas pouco ou quase nada se fazia para resolver, de fato, a situação. As manutenções eram feitas de maneira pontual, até que, em 1882, houve o alargamento da estrada que ligava Cerro Azul a Curitiba para três metros. É importante considerar que, nesse período, os meios de locomoção não eram os mesmos de hoje e, por isso, a largura de três metros apresentou um avanço nas possibilidades de deslocamento, naquele tempo e espaço específicos. Afinal, um local que só podia ser percorrido a pé ou a cavalo, agora era percorrido por carroças, por exemplo.

Em 1897, foi publicado um decreto de construção de uma estrada de ferro ligando Cerro Azul à capital. O RPE-PR (1900) relata que o custo dessa estrada seria muito elevado, o que causaria uma quebra nos cofres públicos⁶. Ocorre que, por interesses econômicos e/ou particulares, foi aberto um edital de concorrência para a construção de uma ferrovia para a região dos Campos Gerais, que estava

⁵ Elevada à categoria de Vila de Assunguí pela Lei Provincial n. 680, de 27/10/1882 (Cerro Azul, 2023)..

⁶ Essa constatação deve ser considerada na medida em que um terreno plano precisa de menos estrutura do que aquele possui variações no relevo e, portanto, acaba se tornando mais barato.

imersa nos ciclos econômicos do Estado e possuía um revelo menos acidentado. Alguns anos depois, o Presidente de Estado Dr. Vicente Machado escreveu que o Estado deveria voltar os olhos para as regiões que estavam abandonadas e promovê-las, com a implantação de ferrovias: “Foi o que fiz, apressando a execução do antigo projeto de ligar Curitiba a velha e produtiva Colônia do Assunguy” (RPE-PR, 1907, p. 20), que também nunca saiu do papel.

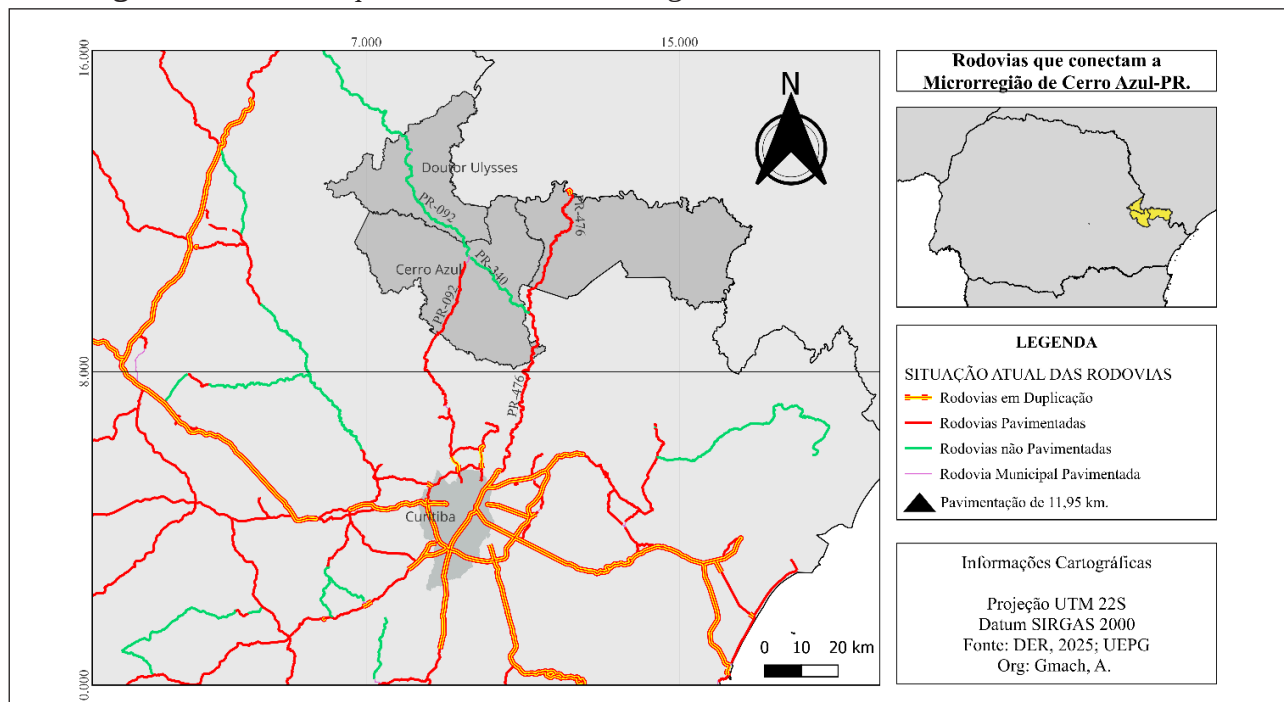
Entre 1900 e 1950, destacam-se basicamente obras de abertura e manutenção das estradas rurais do município de Cerro Azul⁷, adequação de pontes e bueiros. Esses investimentos realizados foram de grande importância para o desenvolvimento local, uma vez que o território do município era muito extenso e as acomodações dos colonos foram sendo feitas cada vez mais longe da sede da colônia. Nesse sentido, não se trata somente do deslocamento para a capital ou outros centros, mas, sim, do acesso do seu próprio centro colonial.

Já na segunda metade do século XX, houve maiores repercussões a respeito da falta de estrada. Devido às condições do terreno e do clima, as possibilidades de produção agrícola devem ser praticadas de acordo com a natureza do espaço. Diante das condições, a produção de frutos citrus (como laranja e poncã) sempre teve bom desempenho, alcançando seu auge em 1959, porém, sofrendo vários problemas devido à dificuldade no escoamento e, conseqüentemente, no comércio. Os moradores demonstraram sequencialmente a insatisfação com a situação, mas nada foi feito, de fato, para que a situação fosse corrigida.

A década de 1960 foi marcada pela construção da ponte sobre os rios Ribeira e Ponta Grossa, e a de 1970 pela abertura de 800 km de estradas rurais, além da abertura de estradas de conexão para Jaguariaíva, São Sebastião (nas proximidades de Castro) e Adrianópolis (via Tunas do Paraná). Cabe pensar que as obras de infraestrutura eram parte do projeto do governo militar, que, apesar de não serem descritas nos relatórios, podem ter “respingado” na região do Vale do Ribeira.

Um marco importante para o município de Cerro Azul foi o ano de 1999, quando os moradores realizaram protestos em frente à sede do governo na capital paranaense, reivindicando a pavimentação da estrada que ligava a Capital a Cerro Azul. O ato foi marcado pelo despejo dos frutos em frente ao palácio, que foram deixados para apodrecer, como acontecia nas propriedades rurais, devido à falta de escoamento. Naquele momento, os jornais locais, como Tribuna dos Minérios, Raio X e O Estado do Paraná, publicaram que os comércios da capital e de outras regiões do estado estavam comprando laranjas e poncãs de outros estados a preços mais altos, porque não conseguiam retirar as frutas do Vale do Ribeira (Vejamos a Figura 4):

⁷ Doutor Ulysses se desmembra de Cerro Azul por meio da Lei Estadual n.º 9.443 de 20 de novembro de 1990.

Figura 4. Rodovias que conectam a Microrregião de Cerro Azul à C

Fonte: Organizado por Gmach (2024)

Essa manifestação foi importante para a justificativa da necessidade de uma estrada pavimentada, uma vez que a globalização, no início do século XXI, pressupõe novas prioridades e necessidades nos tipos de Sistemas de Engenharia. Alguns anos depois, em 2005, a PR-092, que liga Curitiba a Cerro Azul, foi entregue (Figura 6). O discurso do Governador Requião foi marcado por relembrar esse percurso de promessas e dificuldades:

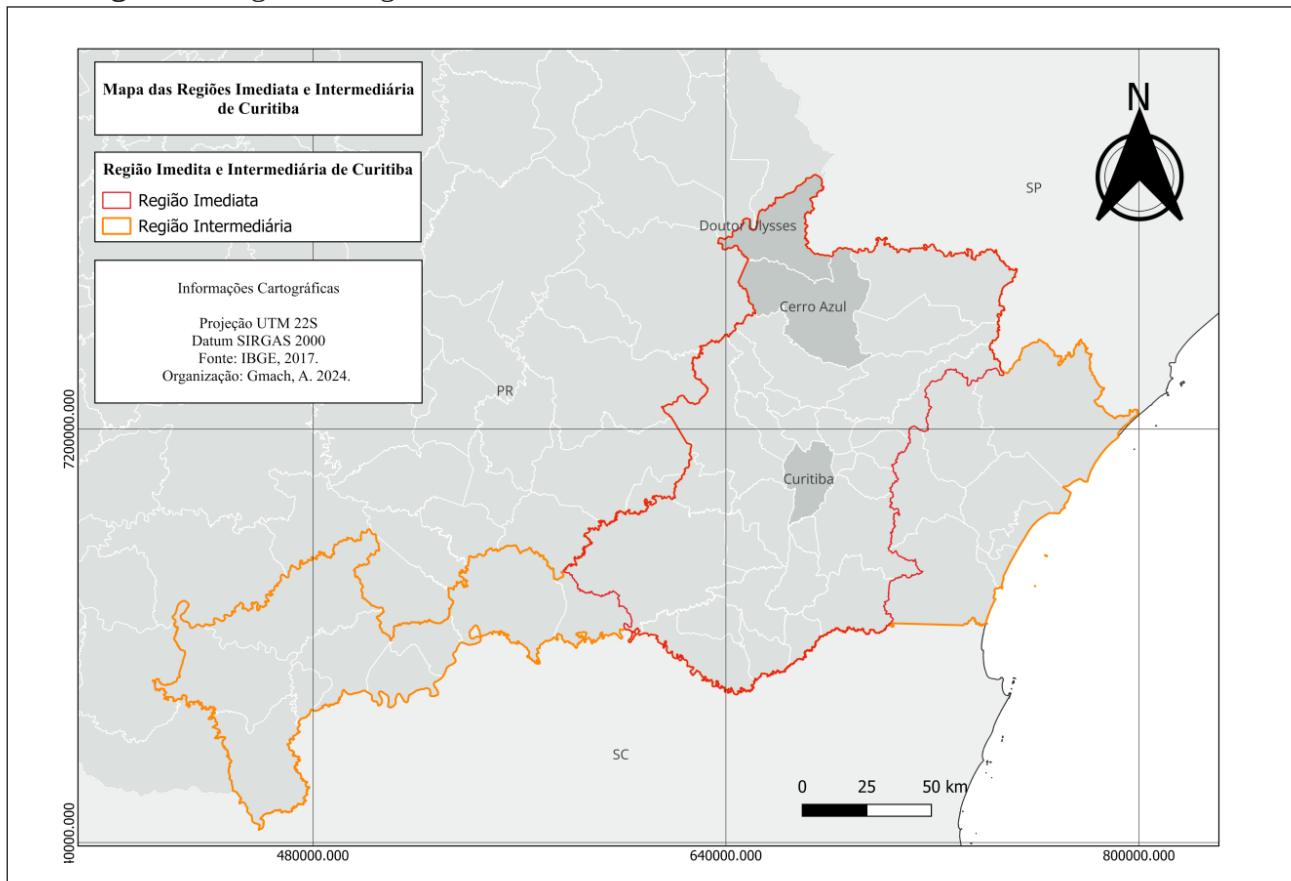
Muitos governos anteriores – e por diversas vezes – prometeram asfaltar a rodovia e não cumpriram, apesar de terem anunciado a obra diversas vezes em véspera de campanha eleitoral. Pois hoje ela é uma realidade e não mais promessa, uma tapeação eleitoreira. [...] Agora, um dos mais belos municípios paranaenses conta com uma rodovia que, além de possibilitar o escoamento da safra e o aumento do faturamento dos produtores, deve rapidamente receber investimentos com a instalações de pousadas e hotéis-fazenda. E vai se transformar num grande atrativo turístico, por causa da sua beleza natural (Paraná, 2005).

O aumento dos fluxos de capital ao longo da história e as decisões tomadas direcionaram a economia do estado do Paraná, de modo que ficasse dependente, em boa parte, das atividades privadas (March; Olsen, 2008). A instalação de empresas e indústrias em função da localização ou dos recursos naturais em determinados espaços influenciaram a organização do espaço e a dinâmica comercial.

À medida que as escolhas foram sendo feitas, decisões foram tomadas e a dinâmica capitalista determinou o benefício de algumas regiões do território paranaense. Pode-se afirmar que, desde 1860 até os dias atuais, houve um afastamento da colônia em relação ao centro econômico, representado pela capital do estado.

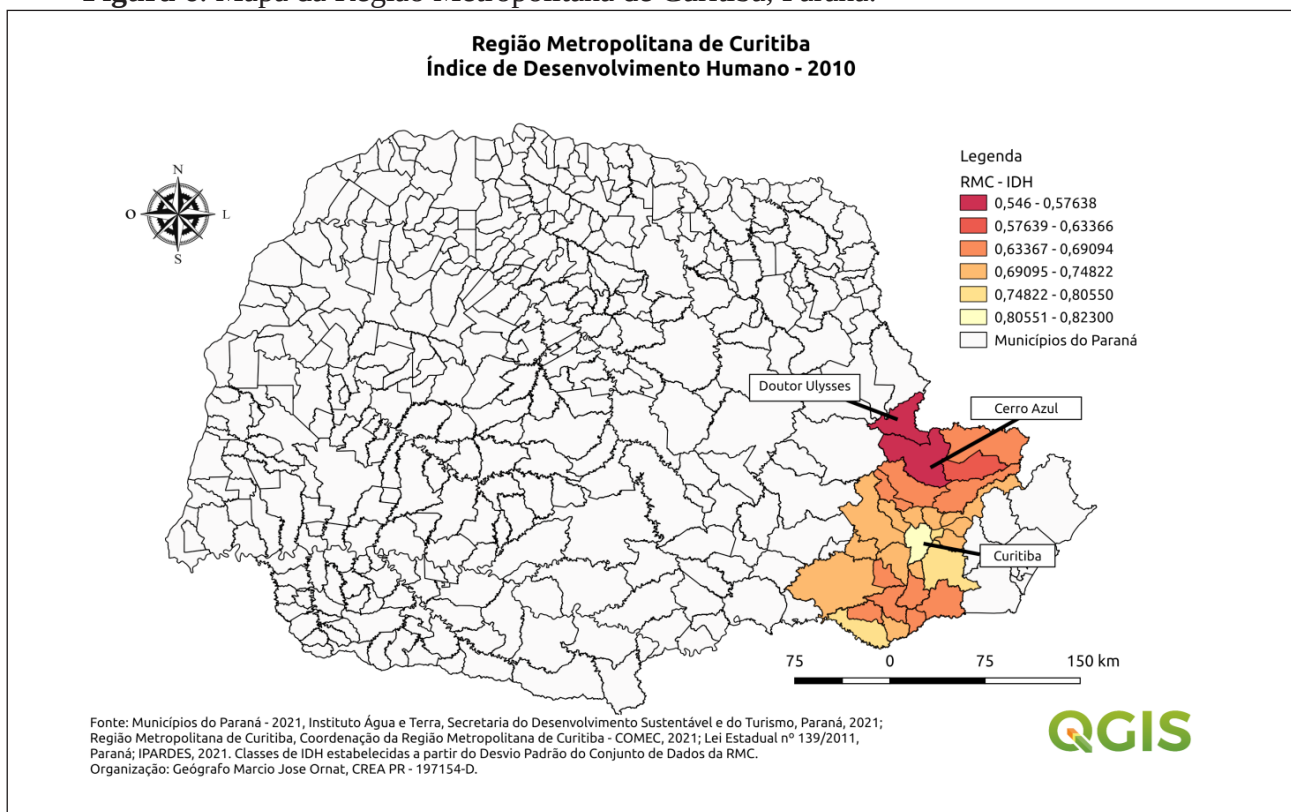
Além disso, observa-se que tanto as regionalizações do IBGE (2017) – conforme mostra a Figura 5, a seguir – quanto a delimitação da Região Metropolitana de Curitiba pela Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná, quanto o maior IDH (Curitiba) e os dois menores IDHs (Doutor Ulysses e Cerro Azul, respectivamente) – conforme mostra a Figura 6, a seguir – localizam-se na mesma área de influência.

Figura 5. Regiões Geográficas Imediata e Intermediária de Curitiba, 2017.



Fonte: Organizado por Gmach (2024)

Figura 6. Mapa da Região Metropolitana de Curitiba, Paraná.



Fonte: Organizado por Ornat (2024)

Consoante, analisando todas as fontes, é possível afirmar que a população local sempre soube dos problemas que enfrentava e quais eram as alterações que precisavam ser feitas para que a sua colônia, sua região, fosse inserida nas redes de comércio da província e do estado. Infelizmente, o poder público demorou muito tempo para dar conta do problema, que agora enfrenta outra mazela – a do esquecimento histórico por parte dos outros municípios, regiões e a própria administração estadual.

Além disso, a história da colônia Assunguy, dos municípios de Cerro Azul e Doutor Ulysses serve como exemplo para a importância da participação popular em projetos, programas ou planos de desenvolvimento, nas mais diversas escalas, buscando modelos reais de desenvolvimento (Theis, 2016).

Considerações Finais

A falta de governanças que dessem, de fato, importância para o espaço da ex-colônia Assunguy impactou diretamente no lento e árduo processo de seu desenvolvimento. Em um contexto em que o principal modal do país é o rodoviário, a implantação de estradas que possibilitem a locomoção e o comércio tem grande influência na conexão de espaços e nas formas de fazer parte de uma rede, de participar de ciclos econômicos ou de ser rota estratégica.

Nesse sentido, a atual condição dos municípios de Cerro Azul e Doutor Ulysses no Paraná é resultado de um conjunto de decisões governamentais variáveis e multiescalares influenciadas pelos interesses particulares regionais – pela escolha de valorização de um local na mesma moeda de esquecimento de outro (Bentivoglio, 2014) – e em detrimento dos ciclos econômicos e políticas neo-institucionais, que foram se modulando com o aprimoramento das técnicas e ampliação da globalização.

A condição de vida das pessoas e a análise da eficiência de um Sistema de Engenharia, enquanto fator espacial, só podem ser avaliadas no seu tempo e espaço e, portanto, não se trata de um “não desenvolvimento”, mas um desenvolvimento regional com características singulares, que, em decorrência da sua trajetória, não deu conta de acompanhar a economia global e ficou em desvantagem.

Desse modo, é possível afirmar que a atual condição econômica dos municípios de Cerro Azul e Doutor Ulysses é reflexo de um processo de desenvolvimento da construção de uma geografia histórica específica, que compreende todos os componentes regionais e depende(u) de interesses políticos a respeito da valorização local.

Algumas considerações podem ser feitas a partir desta pesquisa. É certo falar que o meio em que as coisas acontecem é um fator predominante, influente, reflexo e condição (Santos, 1996) para como as coisas acontecem. As influências externas ou a falta delas delimitam as possibilidades de desenvolvimento e a inserção nos fluxos econômicos. Os incentivos fiscais e governamentais têm uma ação visando um reflexo, e os interesses políticos são fatos predominantes nos investimentos locais.

Os padrões ou os critérios de investimentos são geralmente baseados nos retornos monetários e não na melhoria da condição de vida das pessoas. O participar ou não participar de ciclos econômicos interfere no desenvolvimento de culturas produtivas, no reconhecimento regional e movimenta a economia do local. A população é sempre quem mais sabe sobre os problemas do seu município e, por isso, é importante ressaltar que as estratégias e os planos de desenvolvimento devem ser endógenos, com participação popular ativa, produzindo um plano democrático e real (Boisier, 1999).

Nesse sentido, talvez a principal contribuição desta pesquisa não seja apenas afirmar se um fixo faz ou não diferença para um espaço no processo de desenvolvimento local ou regional, mas

demonstrar que, para que as diferenças ocorram dentro de um espaço, é necessário planejar, reduzir incertezas, programar ações, acompanhar os desdobramentos e, principalmente, haver interesse para que isso aconteça. Os planos devem ser elaborados a partir do conhecimento da realidade (Boisier, 1999), bem como do conhecimento das forças e fraquezas do espaço e da sociedade.

Durante toda a análise realizada, foi possível perceber que “era sabido como desenvolver”, mas o “como fazer” era deixado à sorte. Houve projetos, iniciativas e conjecturas de um espaço desenvolvido que, muitas vezes, não saíram do papel, não passaram de uma picada ou representaram desperdício de recursos. A falta de conhecimento sobre a região gerou problemas sofridos, em sua maioria, somente por aqueles que moravam na região e faziam (ou fazem) dela o seu lar.

Diante disso, é possível fazer algumas indicações sobre as possibilidades de melhorar as condições de vida e de bem-estar da população da região, bem como sobre a elevação dos índices dos municípios e a inserção desses municípios na perspectiva estadual dos mesmos à vista dos olhos estaduais. Essas indicações destinam-se às instâncias de planejamento, tanto municipais quanto estaduais, e aos órgãos responsáveis pelo de planejamento e pela promoção de projetos federais.

Em primeiro lugar, é necessário ir ao local, percorrer as estradas rurais, conhecer as comunidades, conversar com as pessoas e compreender, de fato, a situação em que elas se encontram. Os números fornecem um bom parâmetro da realidade, mas não são suficientes. Conforme afirma Gomes (1995), para conhecer a região é necessário experienciá-la. A condição do terreno não permite a instalação de latifúndios produtivos, e a amplitude hidrográfica é um fator predominante, mas há outras possibilidades para a região. Além disso, é necessário compreender que tipo de desenvolvimento o município deseja para si.

A construção desta pesquisa histórica base dedicou-se a compreender como os sistemas de engenharia foram componentes no processo de desenvolvimento da Microrregião de Cerro Azul, considerando as questões políticas e entendendo esse objeto de estudo dentro do modelo em que era solicitado, a partir de uma perspectiva capitalista. No entanto, o processo de descoberta demonstrou outras riquezas – naturais, sociais, culturais, históricas e geográficas – que podem indicar caminhos diferentes do padrão de agricultura e indústria comumente desejado.

A partir daqui novos caminhos podem ser trilhados. O Estado deve voltar o olhar com mais atenção aos municípios que foram deixados de lado por tanto tempo, oferecendo-lhes suporte adequado. Não se trata, necessariamente, de uma “reparação histórica”, mas de tratar todos os municípios com igualdade, valorizando suas diferenças e particularidades. Os novos planejamentos também devem adotar uma perspectiva mais atenta ao processo histórico-geográfico e político delimitador da região, priorizando que o desenvolvimento seja destinado a romper com as dependências de sua trajetória e para garantir meios que possibilitem a consolidação desse espaço como um berço de prosperidade.

Toda a vivência adquirida na execução do Projeto de Prestação de Serviço Extensionista intitulado “Assessoria na construção de projetos de desenvolvimento urbano e regional dos municípios com IDH Médio e Baixo no Estado do Paraná, por meio da elaboração/revisão de seus Planos Diretores Participativos” tem consolidado a compreensão de que a extensão é o meio por meio do qual o ensino e a pesquisa – inclusive a que tratamos no presente texto – ocorrem.

O papel da extensão universitária é fundamental para articular saberes técnicos e populares, favorecendo a inclusão social e integrando a teoria e prática, além de desenvolver políticas públicas que garantam o bem-estar da população. A extensão possui caráter formativo e profissional, destacando a importância da universidade e da vida acadêmica na preparação das pessoas para os desafios que serão enfrentados durante a sua futura carreira profissional.

Referências

- ABREU, Maurício de Almeida. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, Brasil, v. 4, n. 1, p. 13–25, 2000.
- AB’SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. 1.ed. São Paulo: Ateliê Editorial. 2003.
- AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS (ANA). **Bacias Hidrográficas do Brasil (BHB250)**. Disponível em: <https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/api/records/3d87216f-e45e-41d8-9837-074c1608fb1e>. Acesso em: 14 fev. 2024.
- BENTIVOGLIO, J. C. Os pontos cegos da História: a produção e o direito ao esquecimento no Brasil – Breves notas para uma discussão. **OPIS**, Catalão-GO, v. 14, n. 2, p. 378-395, jul./dez. 2014.
- BIBLIOTECA NACIONAL – BN. **Hemeroteca Digital**. 2021. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- CERRO AZUL. Câmara Municipal de Cerro Azul. **História de Cerro Azul**. 2023. Disponível em: https://www.cerroazul.pr.leg.br/pagina/10_A-Historia-da-Camara.html. Acesso em: 10 jun. 2025.
- CHEPTULIN, A. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- DENIPOTI, C. **Imigração para o Brasil: relatório sobre a colônia de Assunguy apresentado a ambas as casas do parlamento por ordem de sua Majestade**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.
- FAJARDO, S. O território paranaense: aspectos da ocupação e formação da estrutura produtiva e as transformações da paisagem rural. **Guairacá**, Guarapuava, n. 22, 2006.
- GESSER, A. C. **Estrada do Assunguy: Entraves político-administrativos na construção de um caminho colonial na província do Paraná (1860-1888)**. Monografia (História) – Universidade Federal do Paraná - UFPR – Curitiba, 2013.
- GILLIES, Ana Maria Rufino. **O diário de uma imigrante britânica no Paraná (1860-1890): Memórias, Trabalho e Sociabilidades**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba, 2010.
- GMACH, A. **Os sistemas de engenharia na constituição do processo de desenvolvimento regional do Vale do Ribeira / Microrregião de Cerro Azul**, entre a segunda metade do século XIX e Início do século XXI. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) - Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Ponta Grossa, 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Coordenação de Geografia. **Divisão Regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Cartograma**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/cerro-azul/pesquisa/37/0?ano=2010&tipo=cartograma>. Acesso em: 17 jun. 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 17 jun. 2025.
- INSTITUTO PÓLIS. **Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores**. Brasília: MDR/MMA/GIZ, 2019.
- IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Espacial. **Índice IparDES de Desempenho Municipal - Paraná - 2010/2021**. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2023-09/IPDM_indice_geral_2010_2021.pdf. Acesso em: 17 jun. 2025.

- LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 1. ed. São Paulo: Éditions Anthropos, 2000.
- LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.
- MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. Neo-institucionalismo: fatores organizacionais na vida política. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 16, n. 31, p. 121-142, nov. 2008.
- MORAES, A. C. R. Geografia, interdisciplinaridade e metodologia. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 9-39. 2014.
- NISHIKAWA, R. B. **Terras e imigrantes na colônia Assunguy: Paraná, 1854-1874**. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- NOGUEIRA, C. E. A geografia histórica como ferramenta de análise nos estudos de história no pensamento geográfico. **Terra Brasilis**. UFF, Rio de Janeiro. 2019.
- PARANÁ. **Arquivo Público**. 2021. Disponível em: <https://www.administracao.pr.gov.br/ArquivoPublico>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- PARANÁ. Instituto Água e Terra (IAT). **Coletânea de Mapas Históricos do Paraná**. 2024. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Coletanea-de-Mapas-Historicos-do-Parana>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- PARANÁ. **Requião inaugura asfalto entre Curitiba e Cerro Azul**. 11 jun. 2005. Disponível em: <https://arquivo2003.aen.pr.gov.br/Noticia/Requiao-inaugura-asfalto-entre-Curitiba-e-Cerro-Azul>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- PARELLADA, C. I. **Estudo arqueológico no alto vale do rio Ribeira: área do gasoduto Bolívia-Brasil, trecho X, Paraná**. Tese – Universidade de São Paulo: 2005.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 1996. SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record.
- SANTOS, M. Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, AGB, n. 54, junho, p. 81-99. 1977.
- THEIS, I. M. Desenvolvimento desigual e planejamento regional no Brasil. **Revista paranaense de desenvolvimento**, v. 37, n. 131, p. 79 - 97, 2016.
- UEPG. Universidade Estadual de Ponta Grossa. **Revisão do Plano Diretor participativo do município de Cerro Azul, Paraná: análise temática integrada**. Março 2024. Disponível em: https://www2.uepg.br/geocidades/wp-content/uploads/sites/209/2024/06/ANALISE_TEMATICA_INTEGRADA_2024_CERRO_AZUL.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG). **Resolução CA - Nº 2021.150** Aprova a assinatura do Convênio de Cooperação Técnica Científica a ser celebrado entre a Universidade Estadual de Ponta Grossa e o Município de Cerro Azul. Disponível em: https://www2.uepg.br/geocidades/wp-content/uploads/sites/209/2021/12/Resolucao_CA_2021_150.pdf. Acesso em: 12 jul. 2025.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG). **Resolução CA - Nº 2022.279**. Aprova a assinatura do Acordo de Cooperação Técnico-Científica a ser celebrado entre a Universidade Estadual de Ponta Grossa e o Município de Cerro Azul. Ponta Grossa, PR, 15 dez. 2022. Disponível em: <https://legislacao.apps.uepg.br/documentosPublico/12792022-12-1225.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2025.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG). **Resolução CA - Nº 2025.90**. Aprova a assinatura Termo de Cooperação Técnica-Científica a ser celebrado entre a Universidade Estadual de Ponta Grossa e o Município de Doutor Ulysses. Ponta Grossa, PR, Ponta Grossa, PR, 30 abr. 2025. Disponível em: <https://legislacao.apps.uepg.br/documentosPublico/1902025-04-2825.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2025.